

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP

Cascavel, 25 de setembro de 2020.

Referência: Processo nº 000802/2020

Pregão Presencial 019/2020 – UNIOESTE/HUOP

PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço por item, objetivando a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle e combate às pragas urbanas englobando: dedetização, desinsetização, descupinização, desratização, desalojamento de pombos e abelhas, combate a piolhos de pombos nas áreas internas para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.**

Ementa: Restrição na participação com a exigência constante no Item 11.5.4 – alínea g: Licença Ambiental expedido por Órgão competente, IAP (Instituto Ambiental do Paraná); com período e data vigente;

Que não constou a exigência de Alvará Sanitário de Transporte expedido pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal regular, em conformidade com o Art. 14º da RDC 52/2009 – Anvisa.

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de impugnação enviado pela empresa **TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.405.971/0001-14, com sede em São José (SC).

A empresa alega em síntese:

“O edital cita em diversos pontos o cumprimento da RDC 52/2009 da Anvisa, porém ao descrever o item 11.5.4, define que as empresas devem apresentar Licença Ambiental expedida pelo IAP

(Instituto Ambiental do Paraná). Cabe esclarecer que a referida licença é exclusiva para empresas que possui sede do estado do Paraná, ou seja, empresas que possui sede em outro estado não podem participar da presente licitação pois o órgão ambiental não emiti o referido documento pois não compete a ela tratar de licenças de empresas que não tem sede do estado Paranaense.

Diante disso, o edital da forma que está escrito frustra a amplitude da competitividade, ou seja, a TJ Soluções Inteligentes Ltda, que possui sede em São José (Santa Catarina) não poderá participar da licitação.”

E ainda:

“Inclusão de Alvará Sanitário de Transporte expedido pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal, regular em conformidade Art 14º da RDC 52/2009 – Anvisa.

Seção IV

Da Manipulação e Transporte

Art. 14. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos.

A referida exigência é fundamental pois além da empresa, os veículos utilizados para transporte devem passar por adequações inerentes ao serviço prestado, visto que as atividades de controle de pragas utiliza de produtos químicos onde a frota deverá estar adequada, identificada e exclusiva para a atividade da empresa a fins de garantir o transporte e armazenamento seguro dos materiais, onde não traga exposição dos agentes tóxicos aos técnicos executores dos serviços.”

II - DO PEDIDO!

A empresa requer que:

- 1) Que seja acolhida a presente impugnação, por ser tempestiva;*
- 2) Retificação do item 11.5.4 – alínea g – Considerando a nova redação “Licença ambiental ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão ambiental competente emitido pelo estado sede da licitante em conformidade ao Art 4º alínea IV da RDC 52/2009 – Anvisa.”*
- 3) Que seja incluído no edital no tocante à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: apresentação de Alvará Sanitário de Transporte expedido pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal, regular em conformidade Art. 14º da RDC 52/2009 – Anvisa.*

Estes são os fatos apresentados.

O pedido de impugnação foi enviado para análise da equipe técnica, cuja é a competência para responder tecnicamente acerca dos questionamentos pela ora impugnante levantados. Esta julgou os questionamentos pertinentes e emitiu parecer favorável às alterações requeridas.

Prezando pelo princípio da ampliação da disputa e considerando que não há argumentos que justifiquem a exigência de que a Licença Ambiental seja expedida exclusivamente pelo Instituto Ambiental do Paraná, ponderou-se que a alteração não acarretará prejuízo à execução do objeto.

Deste modo, em cumprimento ao Art. 4º alinha IV da RDC 52/209-Anvisa, as empresas licitantes deverão apresentar documento que as licencie para exercer a atividade da prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, concedido pelo órgão ambiental competente do estado sede da licitante.

A responsável pelo Serviço de Apoio do HUOP observou, também, que equivocadamente não constou no Termo de Referência a exigência de Apresentação do Alvará de Transporte expedido pelo órgão Estadual ou Municipal, regular e em conformidade, conforme preconiza o Art. 14º da RDC 52/209/Anvisa: *“Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos.”*, necessário que se incluía essa exigência no instrumento convocatório.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, que é tempestiva, e dou provimento aos pedidos pugnados.

Considerando o parecer da Equipe técnica, conclui-se que há motivos sólidos e justos no pedido em tela. Assim, o edital será republicado com as devidas alterações.

Atenciosamente,

Leticia Gomes Pasa

Pregoeira